

# O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO DIREITO CONTEMPORÂNEO

## Autor(res)

Cintia Batista Pereira  
Paulo Henrique De Oliveira  
Carine Silva Diniz  
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto  
Felipe De Almeida Campos

## Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

## Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

## Introdução

A constante evolução tecnológica tem provocado profundas transformações em diversas áreas da sociedade, e o Direito não é exceção. O surgimento de novas tecnologias, como inteligência artificial, blockchain e big data, exige do ordenamento jurídico uma adaptação dinâmica para lidar com novos conflitos, regular atividades emergentes e proteger direitos fundamentais. Essas inovações geram desafios éticos, jurídicos e sociais que demandam a criação de novas normativas e a reinterpretação de conceitos tradicionais. Neste contexto, o Direito assume um papel estratégico na mediação entre a inovação tecnológica e a garantia dos valores essenciais da sociedade.

## Objetivo

Analisar os impactos das novas tecnologias no Direito contemporâneo, destacando os desafios regulatórios e a necessidade de atualização normativa para proteção dos direitos fundamentais.

## Material e Métodos

O presente estudo adota o método dedutivo, realizando uma pesquisa bibliográfica baseada em doutrina especializada, artigos científicos recentes e legislações aplicáveis. Foram analisados documentos da literatura jurídica e tecnológica, além de relatórios oficiais de organismos internacionais. A metodologia busca compreender, de forma crítica, como o Direito tem reagido às mudanças provocadas pelas inovações tecnológicas, especialmente no campo da proteção de dados, contratos eletrônicos, inteligência artificial e responsabilidade civil.

## Resultados e Discussão

Os resultados evidenciam que o Direito tem buscado se adaptar às novas tecnologias, porém de maneira reativa e, por vezes, insuficiente. O advento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e discussões sobre regulação da inteligência artificial demonstram avanços, mas também revelam lacunas que precisam ser preenchidas para garantir segurança jurídica. A análise mostra que o desafio não é apenas normativo, mas também ético, exigindo do operador do Direito uma postura proativa, interdisciplinar e comprometida com a proteção da dignidade humana em um cenário digitalizado.

ANais DO  
V ENCONTRO DE  
PESQUISA JURÍDICA Anhanguera  
O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,  
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO –  
SÉRIE ESPECIAL:  
O DIREITO E AS NOVAS TECNOLOGIAS

## Conclusão

Conclui-se que as novas tecnologias impõem ao Direito uma necessidade urgente de atualização e inovação. A atuação jurídica deve ser orientada pela ética, proteção dos direitos fundamentais e pela busca constante de equilíbrio entre inovação e segurança jurídica.

## Referências

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

CATALÃO, Ana Frazão. Proteção de dados pessoais e novas tecnologias. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.